



CONSTITUIÇÃO E DEMOCRACIA

Carlos Marés¹

Introdução: o colonialismo como prática social

Como encontrar o exato ponto da democracia? Uma democracia que facilite a expressão das maiorias sem desconsiderar as minorias, que limite a liberdade individual à liberdade alheia de tal forma que nenhuma seja ferida ou anulada? As sociedades humanas sempre buscaram este equilíbrio e nem sempre alcançaram. A modernidade europeia desenvolveu a concepção de que a democracia poderia se realizar com um contrato social onde cada um, sempre que o entendesse, cumpriria sua generosa parte de abstinência para que todos pudessem gozar sua própria liberdade e vontade, assim, se abstendo de praticar atos que possam invadir a liberdade alheia, todos teriam liberdade, mas, para saber o que era a liberdade alheia, deveria ser elaborado um contrato. Não deu certo! Deste contrato social as mulheres foram retiradas. Alguém tinha que cuidar da casa

¹ Professor Titular de Direito Socioambiental da PUCPR. Membro do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública.

e dos filhos enquanto os homens discutiam o contrato e sua execução. Que as mulheres não viessem dar palpites na sociedade. As subordinadas, que fossem punidas com a fogueira, o desprezo e, no mínimo, uma boa sova aplicada no recesso do lar. Não poderia dar certo uma sociedade sem mulheres.

Os trabalhadores foram em seguida excluídos porque seriam muito forte se se organizassem em corporações, uniões e finalmente em sindicatos e, em todo caso, contrato é para quem tem patrimônio, não para pessoas que devem aceitar qualquer emprego para sobreviver. Os indivíduos trabalhadores não deveriam ser contados e as organizações coletivas poderiam não ser muito boa para a democracia e liberdade porque os contratos sociais deveriam prever somente pessoas. Curiosa igualdade montada pela modernidade, alguns, algumas, não poderiam ser tão livres, especialmente se exercessem alguma espécie de fraternidade. A organização de pessoas, sindicatos, povos, comunidades, não deveriam atrapalhar a organização dos homens em contrato, principalmente porque estes contratos tratavam de coisa muito importante, o patrimônio. Não pode haver organização social que medeie o cidadão e o Estado, dizia a Lei francesa².

Mas é nas Américas que essa ideia de democracia baseada no contrato social ganha ares de crueldade. Para se impor como ordem moderna os europeus conceberam uma alta produtividade com trabalho escravo e servil. Portanto, a democracia, a igualdade e a liberdade só poderia valer, e assim mesmo com recortes de raça, cor e gênero, nos limites da Europa. Estava liberada a ordem escravagista, desumana, genocida, sequestradora de gentes, na América Latina. Era o colonialismo moderno.

² *Loi Le Chapelier* (14 de junho de 1791) tornou proscritas todas as organizações de ofício, declarando em seu preâmbulo: «*n'est permis à personne d'inspirer aux citoyens un intérêt intermédiaire, de les séparer de la chose publique par un esprit de coopération*»

Depois do descalabro colonial, como entender, encontrar e realizar uma democracia na América Latina? Como o governo de todos poderia incluir coletivos, indígenas, africanos, além das mulheres e pobres de todo gênero? Mas a democracia não é somente uma forma de governo, ela deveria ser um instrumento para prover as necessidades humanas em sociedade e somente existirá quando estiver associada à liberdade não só individual, mas de vida coletiva e não só para os homens, mas para as mulheres, não só para os seres humanos, mas toda a natureza. Para haver essa liberdade, obviamente, não pode haver necessidades não supridas. A fome não pode existir. As doenças curáveis devem ser curadas e as incuráveis aliviadas. Não pode faltar remédio. Cantar, rir e buscar o belo ou matar a curiosidade faz parte da liberdade e deve estar à disposição de cada ser humano. O conhecimento tem que ser disponível. As extravagâncias, luxos e riquezas inúteis, individuais, só depois de supridas as essenciais.

Para que isso pudesse ser cumprido, o colonialismo e suas mazelas teriam que ser superados. Já faz duzentos anos que se tenta superar essa herança maldita na América Latina.

A desilusão de Bolívar

Quando Simon Bolívar discutia a formação da nova sociedade sul-americana, anticolonial, tentava encontrar uma democracia que pudesse superar a velha estrutura escravagista, preconceituosa, patriarcal, que mantinha sob férreo servilismo os trabalhadores indígenas, africanos ou brancos livres. E não encontrava saída! As fórmulas ditas democráticas oferecidas pela Europa e pela América do Norte não lhe parecia suficiente e tinha certeza de que as elites oligárquicas locais sonhavam em manter a estrutura injusta das colônias depois de expulsar as metrópoles coloniais.

Bolívar conhecia os generais com quem ombreava o comando da guerra. Eram donos de escravos, filhos de encomendeiros, caudilhos

patriarcais que mantinham, e queriam continuar mantendo, poder de vida e morte sobre seus “homens”. Decididamente não poderia confiar neles. Os discursos de Bolívar contra a escravidão e por uma liberdade real a todos segundo o costume de cada um³ encontrava ouvidos moucos entre seus generais, com raras e honrosas exceções. Derrotado o colonialismo espanhol os generais não permitiram que Bolívar assumisse a Presidência da República da Gran Colômbia e rapidamente dividiram os territórios para fortalecer as elites locais exatamente contra o discurso de toda a breve e tumultuada vida de Bolívar.

Como impedir que as elites locais tomasse simplesmente o lugar dos espanhóis e se associassem a metrópoles tão gananciosas como a Espanha e tão violentas como havia demonstrado os novos colonialismos pós guerra do Haiti? A resposta encontrada por Bolívar e expressa na propostas de Constituição, especialmente a boliviana de Chuquisaca, que se aproximava das ideias de San Martín, era de uma espécie de monarquia sem rei, ou mesmo com rei⁴, mas sem nobreza. Bolívar descartava a hereditariedade, mas não a sucessão por escolha de um homem bom. Imaginou então um Presidente vitalício, de forte e firme personalidade, que dedicasse a vida a conduzir os povos no caminho da liberdade, da justiça e da paz. Poderia se chamar este sistema de democrata? Mas o que são os conceitos sem uma ligação com a realidade diária, com as necessidades e com a vida dos povos?

Bolívar, para elaborar suas ideias partiu de uma feroz concepção escravagista venezuelana, com a qual teria que romper, mas não ousou perguntar aos filhos de Tupac Katari como deve ser construída uma democracia real. Cada povo tem sua fórmula que as vezes nem de democracia chama. Uma vez perguntado a Mário Juruna, o

³ BOLIVAR, Simón. *Obra política y constitucional. Prólogo, antología y notas de Eduardo Roza Acuña*. Madrid: Tecnos. 2007. 203 p.

⁴ LYNCH, John. *Simón Bolívar. Traducción castellana de Alejandra Chaparro*. Barcelona: Crítica. 2010. 478 p.

deputado indígena da década de 90' no Parlamento brasileiro, como o seu povo, Xavante, escolhia seus caciques, respondeu: “os Xavante não escolhem o cacique, o cacique é, e povo segue”⁵

Bolívar saiu desiludido da Bolívia embora tenha escolhido (imposto?) o seu presidente vitalício, o homem bom chamado General Antonio José de Sucre. Mas a desilusão maior estava por vir, quando chegou em Santa Fé de Bogotá para assumir a Presidência da República que havia deixado com seu vice, General Francisco de Paula Santander, enquanto guerreava os espanhóis. Teve voz de prisão e, não fosse rápido e resvaladiço, terminaria seus dias num calabouço. Pouco depois Sucre deixaria o poder na Bolívia entregue às elites locais e voltaria à Colômbia, sua terra natal. Nesse tempo, tão perto do tempo de Bolívar, já não havia mais Pátria Grande, estava dividida e cada parte fortemente controlada pelas elites locais que mantiveram a opressão contra os povos, nem liberdade, nem direito à organização, nem voto e representatividade às mulheres. O ‘novo’ colonialismo tinha vencido, era a colonialidade, diria Quijano⁶.

A ideia de criar uma pátria grande que limitasse o poder das elites locais oligárquicas e que permitisse que a sociedade provesse as necessidades do povo, com justiça, liberdade e sem discriminação, estava destruída.

O Brasil e Pátria Grande

Enquanto Bolívar subia e descia a cordilheira, atropelando espanhóis e seus aliados, construindo a pátria grande, Brasil se tornava

⁵ Conversa com Mário Juruna, em janeiro de 2000, na tentativa de solucionar grave crise entre dois caciques xavante e queriam permanecer com sua aldeia num mesmo lugar, próximos à missão católica.

⁶ QUIJANO, Anibal. La colonialidad del poder. In: LANDER, Edgardo (compilador). *La colonialidad del saber: eucentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO. 2011. (p. 219-264).

Portugal. Em 1808 o Reino de Portugal passou a ter sua capital no Rio de Janeiro. O exército português passou a guerrear não os colonialistas, claro, mas a luta anticolonial de José Artigas. Mas havia no Brasil quem lutasse contra a metrópole, havia luta anticolonial. Antes que essas lutas ganhassem força e se transformassem em guerras libertárias, Portugal deixou o Brasil e voltou para Lisboa. No Brasil se manteve um poder único, acima das forças locais e por elas apoiadas para manter o sistema escravocrata e o colonialismo⁷. Curiosa dimensão da liberdade: enquanto na América Espanhola juntar poderia ser limitar o poder das oligarquias e da *Élite criolla* para acabar com a escravidão e respeitar os indígenas, na América Portuguesa se deu exatamente o contrário, a união para não permitir a liberdade, ainda que sob um Imperador português.

A América do Sul, porém, espanhola ou portuguesa, exceção às colônias francesa, holandesa e inglesa, se constituíram, no começo do século XIX, em Estados Nacionais independentes, modernos, com modos franceses e fidelidade à Inglaterra, mantendo laços dependentes e coloniais. Com exceções, é claro, como o Paraguai que seria destruído por uma guerra infame pouco tempo depois. Não é, portanto, a forma que revela a democracia e a liberdade. A busca por elas foi uma constante nas independências das Américas que sempre incluiu uma forte reivindicação anticolonial. Sempre com as mulheres escondidas, afastadas, invisibilizadas e negadas, mas presentes! As lutas anticoloniais pela independência acabaram mantendo uma colonialidade contra os povos, trabalhadores e mulheres.

Isto significa que a democracia, a liberdade e o território para se viver em paz é sempre objeto de disputa quando não se tem ou estão ameaçados. A forma de governo dos Xavante seria democrática? Mário Juruna responderia que sim, mas provavelmente não daria nenhuma importância à pergunta nem à resposta, o povo escolhe seu

⁷ GORENDER, Jacob. O Brasil em branco e preto. São Paulo: SENAC. 2000.

governo e o governante é só consequência, não precisa mais regras do que estas, se todos acolhem e cumprem. Os Estados Nacionais, porém, estabelecem regras para evitar o despotismo, mas as regras facilitam e garantem o despotismo. Este era o temor de Bolívar. Como evitar que os homens maus assumam o poder e o mantenham contra o interesse do povo? Mesmo com eleições ditas universais? A pátria grande não resolveu, a pequena tampouco, numa e noutra a colonialidade se impôs. Quando há falta ou ameaça à democracia e liberdade, tem que se lutar por ela, com a consciência de que os contrários são sempre fortes.

O rompimento democrático de 1964

No Brasil há lutas por democracia e pelo rompimento anticolonial desde os tamoios, desde sempre. Sempre que as oligarquias perdem espaço em algum momento ou espaço, rapidamente se reestruturam e procuram reverter as derrotas para manter o poder incólume e as regras previamente estabelecidas são esquecidas, e a ética também. Passa então a valer o interesse e o pragmatismo do momento, a violência ganha espaço. Alternando momentos de democracia e tirania houve no Brasil alguns avanços na organização dos movimentos e classes sociais. Mas as elites oligárquicas sempre estiveram atentas.

Em 1964 a frágil democracia brasileira tinha 18 anos. Um Presidente tinha se suicidado no exercício do cargo e outro tinha renunciado sem maiores explicações. Estava difícil mantê-la. Aliás, merece o nome de democracia um período de 18 anos nos quais pelo menos dois presidentes eleitos foram impedidos de governar? Mas não é esse ponto. A questão era que as forças sociais e seus movimentos estavam se organizando rapidamente. Uma das forças do colonialismo ou colonialidade é manter o povo, as massas, em estado de letargia de tal forma que no momento do voto ainda que queiram não possam votar senão nas elites oligárquicas, o que se chamou popularmente

de voto de cabresto, ou coronelismo. Esta realidade brasileira estava se modificando e os movimentos sociais camponeses e operários estavam crescendo.

Então se deu o golpe de 1964 para esgarçar os tênues liames da precária democracia e iniciar uma feroz repressão aos movimentos, especialmente camponês, mas também operário e a todos os que ou-sassem ter liberdade de escolha e voto. As Ligas Camponesas foram perseguidas e os Grupos dos 11 caçados impiedosamente. A violência não era contra as elites e, por isso, as elites logo se acomodaram, aceitaram e apoiaram a ausência de democracia, de liberdade e de justiça. As elites oligárquicas puderam conviver com isto e relevaram as injustiças contra si mesma provocadas pelo humor dos tiranos, como no abafado caso da falência da Panair⁸.

Os movimentos populares tiveram muita dificuldade de se rearticular e a ditadura foi longa, deixando um rastro de mortos, presos, exilados, perseguidos, torturados. As violências mais difíceis de contar foram, exatamente, as contra os camponeses e os indígenas. A questão da terra e a questão rural como um todo sempre foram centrais na construção da liberdade e da democracia desde o início da colonização, com forte incidência na formação dos Estados Nacionais e nas ditaduras do século XX na América Latina e, em especial, no Brasil.

A ditadura, assim, promoveu alterações no campo, propiciando ainda maior exploração dos trabalhadores, inciou a chamada hipocritamente de revolução verde, com um avanço sobre a natureza e os povos, com total desrespeito aos indígenas e outros tradicionais, mantendo e aprofundando um regime de propriedade de terras absoluto que não se exerce para prover necessidade da sociedade, mas apenas da rentabilidade ou vantagem do proprietário.

⁸ A ditadura exigiu do poder Judiciário a decretação da falência da Cia Aérea Panair apesar de sua boa saúde financeira. Até hoje a pendência não foi totalmente resolvida e a então maior empresa brasileira de aviação foi extinta.

A democracia, ou a falta dela, não existe sozinha como instituto autônomo. Ela é meio e proporciona a organização social, a luta pela terra, pelas liberdades, pelos direitos. Sua ausência se dá exatamente para, ao contrário, reprimir estas mesmas lutas. Assim e por isso se deu o golpe de Estado de 1964.

A Constituição de 1988

A Constituição de 1988 foi escrita por um Congresso eleito pelas regras eleitorais da Ditadura, isto é, não foram elaboradas novas regras eleitorais para uma constituinte popular para evitar que os movimentos sociais e candidatos progressistas pudessem ter alguma influência. A Assembleia Nacional Constituinte era formada pela elite oligárquica com exceções. Mesmo assim, a organização dos movimentos fez tanta pressão de fora que a Constituição acabou tendo forte tendência anticolonial. Por exemplo, criou um sistema de proteção à natureza que chamou de meio ambiente ecologicamente equilibrado que, se fosse posto em prática, poderia ter efeitos positivos e anticoloniais contra a devastação. Também incluiu de forma tímida o direito dos povos quilombolas que possibilita, ao menos, que haja uma organização social destes povos visível e reconhecida. É exemplo positivo, também, o capítulo dos índios que, ainda que use a palavra no individual, índios, na velha perspectiva colonial, garante claros direitos coletivos, que é o que interessa a final.

A Constituição de 1988 foi disputada em cada vírgula e alocação. Assim, apesar da má formação eleitoral e da tosca representação da sociedade, foi possível introduzir elementos anticoloniais do chamado constitucionalismo latino-americano. Como estava em disputa, em alguns pontos a colonialidade se impôs ou, pelo menos, confundiu o texto permitindo interpretações futuras contrárias à intencionalidade original. Em três pontos principais, entre muitos outros, o texto ficou dúbio: a terra, a representatividade popular e o fundamento econômico.

Como proposta anticolonial a função social da propriedade foi introduzida como princípio e acompanha o termo propriedade sempre que aparece no texto. Isto poderia levar a interpretação de que não há propriedade sem função social. Quando se lê atentamente, porém, se nota que na disputa foram introduzidos, quase sorrateiramente, vírgulas, alocações, que permitem interpretar o contrário do que diz e esvaziar o conteúdo da função social a ponta de deixá-la, se for o gosto do intérprete, anulada⁹. A elite sabia que quem iria interpretar e por em prática a Constituição seriam seus filhos. E confiava neles!

Apesar de a Constituição criar possibilidade de participação popular por meio de plebiscito, referendo e iniciativa popular de leis, ao montar a representatividade do eleitorado nacional preferiu inflar o poder dos caudilhos regionais que mantinham os votos certos e sob cabresto em prejuízo de regiões onde os movimentos sociais e políticos tivessem mais facilidade de se expressar.

A ordem econômica estabelecida é ainda mais contraditória e reveladora do embate de forças. A Constituição privilegia a relação econômica com a América Latina, fundamenta a ordem econômica na defesa do meio ambiente e na função social da propriedade, mas garante a livre iniciativa. As forças da colonialidade, porém, passaram a entender que a liberdade de iniciativa anula a função social da propriedade e a defesa do meio ambiente, que também é elemento da função social.

Então, nesta disputa pela sociedade, seu futuro e sua democracia, as elites, que mantêm o poder econômico, não puderam vencer no argumento à luz do dia, mas se alojou, cooptou, comprou, os poderes distribuídos tanto no legislativo quanto no judiciário, tentando anular, e efetivamente anulando, os direitos sociais conquistados no debate constituinte. Sempre que falta o argumento se instala a violência. Assim, a interpretação tem sido sempre benevolente com o

⁹ MARÉS, Carlos Frederico. *A Função Social da Terra*. Porto Alegre: FABRIS. 2003.

poder e severa com todas as forças populares. Daí a criminalização, a injustiça e o excesso de força contra o povo organizado.

A vida pós Constituição de 1988

Não há dúvida que o anticolonialismo venceu na Constituição de 1988, não fosse assim, indígenas, quilombolas, meio ambiente, cultura popular, função social da propriedade não seriam termos constitucionais, autoaplicáveis. Mas a estrutura do poder ficou intacta, não só os poderes da república, quem manda, quem faz as leis e quem as interpreta, mas o seu fundamento ideológico, o racismo, machismo, desenvolvimentismo lucrativo a qualquer custo social, humano ou da natureza, desde que haja ganho financeiro.

Nesta disputa a convivência democrática foi possível nos primeiros vinte e cinco anos. A natureza foi derrotada em 2012, é verdade, e a barbárie anti-ambiental dominada pelo capitalismo selvagem destruidor da vida venceu. Mas os movimentos sociais cresceram, os povos do nordeste se libertaram do cabresto do coronel, os indígenas reforçaram sua organização social de forma inédita, os quilombolas ressurgiram, cresceram os movimentos sociais do campo. As mulheres se libertaram!

Com mulheres, povos e natureza não só o colonialismo passou a ser ameaçado, mas a essência do capitalismo. Como manter o lucro, ou a mais valia, com o povo organizado, as mulheres conscientes e a natureza protegida?

A disputa, ou contradição entre o avanço dos preocupados com a vida e as elites oligárquicas interessadas em manter o *status quo* da colonialidade e do lucro crescente, passou a ser explícita, com grandes dificuldades para os coronéis mal ilustrados que não têm dúvidas em lançar mão, como sempre lançaram, da violência e intimidação. Acabado o discurso, fica só a violência, porque o discurso justificava a violência, sem discurso é a violência grosseira sem retórica que a justifique.

Nos tempos de violência grosseira, as palavras democracia, liberdade, justiça, coerência, fraternidade são cascas vazias cujos conteúdos, manipulados com sangue, são confundidos com insubordinação, inconformismo e, quem os defende, chamados de subversivos.

É este o tempo em que vivemos no Brasil de hoje. E a marca clara da ignorância violenta é o assassinato de Marielle Franco no centro do Rio de Janeiro, impune. Ela é um símbolo de todas as lutas, povos, coletivos, mulheres, anticolonialismo.

Símbolos, porém, não morrem, mudam de forma. Viva Marielle!